

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

**Informa es intermediárias em
31 de março de 2026**

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Informações intermediárias

Índice

| | |
|--|---|
| RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS | 1 |
| BALANÇO PATRIMONIAL | 3 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | 4 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE..... | 5 |
| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 6 |
| DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO..... | 7 |
| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO..... | 8 |

Notas explicativas

| | | |
|----|--|----|
| 1 | CONTEXTO OPERACIONAL | 9 |
| 2 | BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS | 10 |
| 3 | POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS..... | 11 |
| 4 | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA..... | 12 |
| 5 | APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 12 |
| 6 | CONTAS A RECEBER DE CLIENTES..... | 13 |
| 7 | VALORES A RECEBER DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS | 14 |
| 8 | PARTES RELACIONADAS..... | 15 |
| 9 | ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO | 18 |
| 10 | INTANGÍVEL | 18 |
| 11 | ATIVOS DE CONTRATO | 19 |
| 12 | FORNECEDORES | 19 |
| 13 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS..... | 20 |
| 14 | DEBÊNTURES | 22 |
| 15 | IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS..... | 23 |
| 16 | PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS..... | 25 |
| 17 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... | 26 |
| 18 | PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO | 26 |
| 19 | RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA..... | 28 |
| 20 | CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS | 29 |
| 21 | ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA | 30 |
| 22 | OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS | 30 |
| 23 | RESULTADO FINANCEIRO..... | 31 |
| 24 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS | 31 |
| 25 | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 36 |
| 26 | COMPROMISSOS FUTUROS..... | 37 |
| 27 | EVENTOS SUBSEQUENTES..... | 37 |



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Teresina - PI

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



**Shape the future
with confidence**

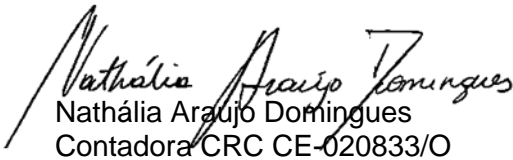
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 13 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contadora CRC CE-020833/O

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Balço patrimonial em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)



| Ativo | Notas | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---|--------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 553.493 | 41.554 |
| Aplicações financeiras | 5 | 725.875 | 908.154 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 800.107 | 819.480 |
| Almoxarifado | | 21.522 | 18.283 |
| Serviços pedidos | | 72.443 | 86.838 |
| Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros | 7 | 121.003 | 108.825 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 90.822 | 92.672 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | | 104.407 | 61.829 |
| Depósitos vinculados | 16 | 189 | 189 |
| Outros créditos a receber | | 149.721 | 170.428 |
| Total do ativo circulante | | 2.639.582 | 2.308.252 |
| Não circulante | | | |
| Aplicações financeiras | 5 | 84 | 82 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 103.916 | 109.050 |
| Serviços pedidos | | 22.487 | 22.487 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | - | 110.256 |
| Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros | 7 | 397.143 | 388.336 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | | 127.370 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 15.1 | 397.953 | 447.292 |
| Depósitos vinculados | 16 | 24.189 | 22.936 |
| Outros créditos a receber | | 2.092 | 2.608 |
| Benefício pós-emprego | | 391 | 374 |
| Ativo financeiro da concessão | 9 | 398.057 | 378.882 |
| Investimentos | | 105 | 107 |
| Intangível | 10 | 3.284.196 | 3.281.199 |
| Ativos de contrato | 11 | 805.934 | 788.907 |
| Direito de uso | | 1.782 | 1.944 |
| Total do ativo não circulante | | 5.565.699 | 5.554.460 |
| Total do ativo | | 8.205.281 | 7.862.712 |

| Passivo | Notas | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---|--------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 12 | 385.717 | 433.556 |
| Fornecedores - Risco sacado | 12.1 | 26.029 | 37.771 |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | 661.076 | 822.724 |
| Debêntures | 14 | 5.928 | 13.924 |
| Passivo de arrendamento | | 700 | 684 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24.4 | 23.920 | 10.875 |
| Impostos e contribuições a recolher | | 125.859 | 158.253 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher | | 52.418 | 48.608 |
| Obrigações e encargos sobre folha de pagamento | | 10.888 | 10.653 |
| Contribuição de iluminação pública | | 17.240 | 20.872 |
| Encargos setoriais | | 33.774 | 48.123 |
| Participação nos lucros | | 23.591 | 16.244 |
| Provisões para riscos judiciais | 16 | 157.508 | 207.954 |
| PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores | | 2.997 | 3.992 |
| Dividendos a pagar | | 120.362 | 120.362 |
| Outras contas a pagar | | 252.292 | 249.093 |
| Total do passivo circulante | | 1.900.299 | 2.203.688 |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | 2.914.443 | 2.966.262 |
| Debêntures | 14 | 1.388.215 | 802.655 |
| Passivo de arrendamento | | 1.247 | 1.414 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24.4 | 151.010 | 77.027 |
| Impostos e contribuições a recolher | | 222 | 275 |
| Encargos setoriais | | 18.777 | 14.079 |
| Provisões para riscos judiciais | 16 | 127.068 | 125.626 |
| Benefício pós-emprego | | 4.443 | 4.387 |
| Outras contas a pagar | | 24.373 | 19.865 |
| Total do passivo não circulante | | 4.629.798 | 4.011.590 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 17.1 | 633.577 | 633.577 |
| Reserva de capital | | 18.791 | 18.532 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | (117.503) | (111.948) |
| Reservas de lucros | | 1.107.273 | 1.107.273 |
| Resultado do período | | 33.046 | - |
| Total do patrimônio líquido | | 1.675.184 | 1.647.434 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 8.205.281 | 7.862.712 |

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração dos resultados
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhares de reais)



| | <u>Nota</u> | <u>31/03/2026</u> | <u>31/03/2025</u> |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| Receita operacional líquida | 19 | 1.028.631 | 878.667 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 21 | (386.780) | (349.730) |
| Custo de construção | | (231.237) | (190.499) |
| Custo da operação | | (93.461) | (92.720) |
| Custos de energia elétrica, construção e operação | 20 | (711.478) | (632.949) |
| Lucro bruto | | 317.153 | 245.718 |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas com vendas | 20 | (27.031) | (27.593) |
| Despesas gerais e administrativas | 20 | (46.380) | (21.798) |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | 20 | (20.648) | (20.543) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 22 | (28.308) | (16.344) |
| Total de despesas operacionais | | (122.367) | (86.278) |
| Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro | | 194.786 | 159.440 |
| Receitas financeiras | 23 | 317.138 | 204.959 |
| Despesas financeiras | 23 | (413.566) | (310.917) |
| Resultado financeiro, líquido | | (96.428) | (105.958) |
| Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social | | 98.358 | 53.482 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 15.4 | (13.112) | (38.068) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | 15.4 | (52.200) | 31.448 |
| Impostos sobre o lucro | | (65.312) | (6.620) |
| Lucro líquido do período | | 33.046 | 46.862 |

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)



| | <u>31/03/2026</u> | <u>31/03/2025</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do período | 33.046 | 46.862 |
| Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado | | |
| Resultado abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego) | (8.416) | 73.657 |
| Tributos diferidos sobre ganho (perda) de <i>hedge accounting</i> e benefícios pós-emprego | 2.861 | (25.043) |
| Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos | (5.555) | 48.614 |
| Total resultados abrangentes | 27.491 | 95.476 |

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhares de reais)



| Notas | Capital social | Reserva de capital | Ajuste de avaliação patrimonial | Reservas de lucros | | | | | Lucros acumulados | Total |
|--|----------------|--------------------|---------------------------------|--------------------|--------------------|------------------------------|---|---------------------------------|-------------------|-----------|
| | | | | Legal | Incentivos fiscais | Reserva de lucros a realizar | Reserva estatutária de reforço de capital de giro | Dividendos adicionais propostos | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 543.433 | 16.877 | (152.465) | 14.418 | 75.727 | 90.576 | 630.777 | 30.070 | - | 1.249.413 |
| Pagamentos baseados em ações - Stock option | - | 121 | - | - | - | - | - | - | - | 121 |
| Pagamentos baseados em ações - Matching shares | - | 210 | - | - | - | - | - | - | - | 210 |
| Aumento de capital | 90.144 | - | - | (90.144) | - | - | - | - | - | - |
| Lucro do período | - | - | - | - | - | - | - | - | 46.862 | 46.862 |
| Resultado abrangente no período | | | | | | | | | | |
| Resultado de <i>hedge accounting</i> | - | - | 73.657 | - | - | - | - | - | - | 73.657 |
| Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos | - | - | (25.043) | - | - | - | - | - | - | (25.043) |
| | | | | | | | | | | - |
| Saldos em 31 de março de 2025 | 633.577 | 17.208 | (103.851) | (75.726) | 75.727 | 90.576 | 630.777 | 30.070 | 46.862 | 1.345.220 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 633.577 | 18.532 | (111.948) | 20.555 | 104.181 | 67.851 | 914.659 | 27 | - | 1.647.434 |
| Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i> | 18.1 | - | 38 | - | - | - | - | - | - | 38 |
| Pagamentos baseados em ações - <i>Matching shares</i> | 18.3 | - | 221 | - | - | - | - | - | - | 221 |
| Lucro do período | - | - | - | - | - | - | - | - | 33.046 | 33.046 |
| Resultado abrangente no período | | | | | | | | | | |
| Resultado de <i>hedge accounting</i> | - | - | (8.416) | - | - | - | - | - | - | (8.416) |
| Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos | - | - | 2.861 | - | - | - | - | - | - | 2.861 |
| Saldos em 31 de março de 2026 | 633.577 | 18.791 | (117.503) | 20.555 | 104.181 | 67.851 | 914.659 | 27 | 33.046 | 1.675.184 |

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|--|------------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido no período | 33.046 | 46.862 |
| Ajustes para: | | |
| Amortização | 54.381 | 48.618 |
| Baixa de intangível e ativo financeiro | 4.260 | 917 |
| Atualização do ativo financeiro | (5.560) | (5.518) |
| Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais líquidas e marcação a valor justo | 46.569 | 1.931 |
| Provisão e atualização para riscos judiciais | 4.671 | 1.700 |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 20.648 | 20.543 |
| Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 279 | - |
| Baixa de recebíveis incobráveis | 6.008 | 6.128 |
| Provisão e atualização de encargos setoriais | 7.839 | 7.134 |
| Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos | 101.009 | 119.439 |
| Valor justo das opções de compra de ações - Vesting period | 4.898 | 695 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | (27.790) | (23.235) |
| Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros | (22.026) | (34.036) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 13.112 | 38.068 |
| Imposto de renda e contribuições sociais diferidos | 52.200 | (31.448) |
| Participação nos lucros | 7.347 | (2.642) |
| Ajuste a valor presente | 3.708 | 4.029 |
| Encargos de geração distribuída | - | (115) |
| Provisão para perda de estoque | 6.366 | 5.828 |
| Subtotal | 310.965 | 204.898 |
| Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes | | |
| Contas a receber de clientes | (527) | 60.810 |
| Depósitos judiciais | (1.253) | 5.209 |
| Almoxarifado | (3.239) | (2.557) |
| Impostos e contribuições a recuperar | 112.106 | (12.167) |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | (169.948) | (37.026) |
| Outros créditos a receber | 21.225 | 17.303 |
| Fornecedores | (52.836) | (46.727) |
| Fornecedores - Risco sacado | (11.742) | 8.476 |
| Obrigações e encargos sobre folha de pagamento | (13.420) | (7.218) |
| Impostos e contribuições a recolher | (32.447) | (7.234) |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher | 32.557 | - |
| Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros | 46 | 466 |
| Contribuição de iluminação pública | (3.632) | (7.562) |
| Participação nos lucros | - | (13.321) |
| Encargos setoriais | (3.095) | (7.928) |
| Pagamento de processos judiciais | (53.675) | (5.240) |
| Plano de aposentadoria e pensão | 39 | 70 |
| Outras contas a pagar | 3.068 | (8.127) |
| Caixa utilizado nas atividades operacionais | (176.773) | (62.773) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (41.859) | (5.260) |
| Juros pagos | (106.261) | (79.970) |
| Juros recebidos de aplicações financeiras | 37.829 | 23.235 |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 23.900 | 80.130 |
| Fluxo de caixa de atividades de investimento | | |
| Aquisições no ativo contratual | (76.964) | (168.460) |
| Resgates financeiros | 172.235 | 166.570 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 3 | - |
| Fluxo de caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades de investimento | 95.275 | (1.890) |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | (186.000) | (444.177) |
| Captação de empréstimos e financiamentos | - | 259.998 |
| Captação de debêntures | 578.931 | - |
| Recebimento de instrumentos derivativos | - | 59.372 |
| Amortização do passivo de arrendamento | (167) | (144) |
| Fluxo de caixa líquido provenientes/utilizado das atividades de financiamento | 392.764 | (124.951) |
| Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa | 511.939 | (46.711) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 41.554 | 219.586 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 553.493 | 172.875 |
| Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa | 511.939 | (46.711) |

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|--|------------------|------------------|
| Receitas | | |
| Vendas de produtos, serviços e receitas de construção | 1.226.987 | 1.002.874 |
| Perdas por redução ao valor recuperável | (20.648) | (20.543) |
| Receitas de construção | 231.237 | 190.499 |
| Subtotal | 1.437.576 | 1.172.830 |
| Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI) | | |
| Custos dos produtos e dos serviços vendidos | (618.017) | (540.229) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (86.236) | (86.108) |
| Outras despesas | (29.140) | (18.030) |
| Subtotal | (733.393) | (644.367) |
| Valor adicionado bruto | 704.183 | 528.463 |
| Amortização | (54.381) | (48.618) |
| Valor adicionado líquido gerado pela Companhia | 649.802 | 479.845 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 320.580 | 206.972 |
| Valor adicionado total a distribuir | 970.382 | 686.817 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal | | |
| Remuneração direta | 24.524 | 7.385 |
| Benefícios | 4.227 | 2.791 |
| FGTS | 1.579 | 1.189 |
| Subtotal | 30.330 | 11.365 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 258.043 | 134.279 |
| Estaduais | 234.244 | 182.611 |
| Municipais | 200 | 121 |
| Subtotal | 492.487 | 317.011 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros | 392.152 | 284.200 |
| Aluguéis | 953 | 662 |
| Outras despesas financeiras | 21.414 | 26.717 |
| Subtotal | 414.519 | 311.579 |
| Remuneração de capitais próprios | | |
| Lucros retidos | 33.046 | 46.862 |
| Subtotal | 33.046 | 46.862 |
| Valor adicionado | 970.382 | 686.817 |

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

1 Contexto operacional

A Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Piauí"), é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Maranhão, nº 759, Centro, na cidade Teresina, no Estado do Piauí, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Piauí com 251.755 km², atendendo, em 31 de março de 2026, 1.590.436 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 04/2001 (Contrato de Concessão), firmado com a ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A partir de então, a Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Neste período, a Companhia foi gerida pela Eletrobras (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).

Em 18 de outubro de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2018 – ANEEL, com interveniência e anuência da Equatorial S.A., como acionista controlador, cujo prazo da concessão é de 30 anos, com vigência até 17 de outubro de 2048, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Concedente.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrou em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

Até 31 de março de 2026, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas informações intermediárias da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

2 Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, estas informações intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2026.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis a essas informações intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as novas normas ou alterações que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026 e não identificou impactos significativos em suas informações intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.1.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

| Norma | Descrição da alteração | Vigência |
|--|--|------------|
| CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis | O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. | 01/01/2027 |
| IFRS 19 (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento): Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações | Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. | 01/01/2027 |

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>31/03/2026</u> | <u>31/12/2025</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 11.819 | 25.816 |
| Equivalentes de caixa | | |
| Aplicação direta | | |
| Certificado de Depósito Bancário – CDB | 541.674 | 15.738 |
| Subtotal de equivalentes de caixa | 541.674 | 15.738 |
| Total | 553.493 | 41.554 |

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2026, equivale a 99,91% do CDI (97,57% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras

| | <u>31/03/2026</u> | <u>31/12/2025</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Fundos de investimentos | | |
| Cotas de fundos de investimentos | 540.211 | 849.143 |
| Cotas de fundos de investimento FIDC | 12.155 | 15.516 |
| Recursos vinculados (a) | 8.658 | 7.456 |
| Fundo aberto | 164.851 | 36.039 |
| Total circulante | 725.875 | 908.154 |
| Não circulante | | |
| Recursos vinculados (a) | 84 | 82 |
| Total não circulante | 84 | 82 |
| Total aplicações financeiras | 725.959 | 908.236 |

(a) Referem-se a aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso; e

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no período findo em 31 de março de 2026 equivale a 102,14% do CDI (101,69 % do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

| | 31/03/2026 | | | | 31/12/2025 | | | |
|---|----------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|----------------|-----------------|------------------|
| | Vencidos | | | Total | Vencidos | | | Total |
| | A vencer | Até 90 dias | Mais de 90 dias | | A vencer | Até 90 dias | Mais de 90 dias | |
| Residencial | 72.863 | 116.480 | 275.779 | 465.122 | 89.487 | 119.645 | 266.304 | 475.436 |
| Industrial | 15.386 | 1.264 | 3.647 | 20.297 | 14.802 | 1.525 | 3.408 | 19.735 |
| Comercial | 48.718 | 15.174 | 38.111 | 102.003 | 51.117 | 16.687 | 35.940 | 103.744 |
| Rural | 12.031 | 10.202 | 22.191 | 44.424 | 14.489 | 10.609 | 20.351 | 45.449 |
| Poder público | 28.485 | 13.601 | 25.991 | 68.077 | 30.138 | 14.048 | 23.365 | 67.551 |
| Iluminação pública | 11.170 | 1.771 | 10.453 | 23.394 | 12.067 | 1.976 | 9.803 | 23.846 |
| Serviço público | 15.989 | 5.752 | 22.433 | 44.174 | 17.449 | 5.858 | 21.649 | 44.956 |
| Contas a receber de consumidores faturados | 204.642 | 164.244 | 398.605 | 767.491 | 229.549 | 170.348 | 380.820 | 780.717 |
| Residencial | 62.225 | 7.776 | 108.590 | 178.591 | 64.519 | 7.346 | 109.599 | 181.464 |
| Industrial | 2.256 | 110 | 1.390 | 3.756 | 2.643 | 106 | 1.377 | 4.126 |
| Comercial | 7.430 | 862 | 13.277 | 21.569 | 8.026 | 798 | 13.492 | 22.316 |
| Rural | 3.763 | 645 | 4.977 | 9.385 | 3.893 | 473 | 5.046 | 9.412 |
| Poder público | 65.557 | 1.550 | 10.503 | 77.610 | 69.632 | 1.289 | 11.153 | 82.074 |
| Iluminação pública | 24.038 | 480 | 2.469 | 26.987 | 25.490 | 414 | 2.400 | 28.304 |
| Serviço Público | 14.601 | 524 | 3.617 | 18.742 | 14.469 | 1.949 | 3.312 | 19.730 |
| Parcelamentos (a) | 179.870 | 11.947 | 144.823 | 336.640 | 188.672 | 12.375 | 146.379 | 347.426 |
| Contas a receber de consumidores não faturados (b) | 93.138 | - | - | 93.138 | 108.506 | - | - | 108.506 |
| Baixa renda (c) | 71.503 | - | - | 71.503 | 51.115 | - | - | 51.115 |
| Outras | 35.404 | - | - | 35.404 | 35.706 | - | - | 35.706 |
| Subtotal | 584.557 | 176.191 | 543.428 | 1.304.176 | 613.548 | 182.723 | 527.199 | 1.323.470 |
| (-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | (33.143) | (22.889) | (344.121) | (400.153) | (35.178) | (22.666) | (337.096) | (394.940) |
| Total contas a receber de clientes | 551.414 | 153.302 | 199.307 | 904.023 | 578.370 | 160.057 | 190.103 | 928.530 |
| Circulante | | | | 800.107 | | | | 819.480 |
| Não circulante | | | | 103.916 | | | | 109.050 |

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 92.213 em 31 de março de 2026 (R\$ 94.114 em 31 de dezembro de 2025), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 1.901, conforme nota explicativa nº 23 – Resultado Financeiro;

(b) O contas a receber não faturados corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil; e

(c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212/2010 e nº 10.438/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

| | 31/12/2025 | Provisões/ Reversões (b) | Baixas | 31/03/2026 |
|--|------------------|-----------------------------|---------------|------------------|
| Contas a receber de consumidores faturados | (235.119) | (17.896) | 9.670 | (243.345) |
| Parcelamentos | (142.426) | (2.934) | 5.189 | (140.171) |
| Contas a receber de consumidores não faturados | (2.290) | 325 | - | (1.965) |
| Outras (a) | (15.105) | (391) | 824 | (14.672) |
| Total | (394.940) | (20.896) | 15.683 | (400.153) |

(a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021; e

(b) A movimentação líquida do período gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 20.896, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 20.648 e R\$ 248, respectivamente, conforme notas explicativas nº 20 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 23 – Resultado Financeiro.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros

| | 31/12/2025 | Constituição | Amortização | Atualização | Constituições com efeito caixa | Créditos de PIS/COFINS | 31/03/2026 |
|--|------------|--------------|-------------|-------------|--------------------------------|------------------------|------------|
| Parcela A | | | | | | | |
| CDE - Conta de desenvolvimento energético (a) | 54.791 | 4.529 | (15.080) | 2.138 | - | - | 46.378 |
| PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica | 8.189 | (1.005) | (2.269) | 214 | - | - | 5.129 |
| Rede básica | 12.736 | 5.858 | (2.188) | 435 | - | - | 16.841 |
| Compra de energia CVA (b) | 146.569 | 24.091 | (29.909) | 4.531 | - | - | 145.282 |
| ESS - Encargos do serviço do sistema | (1.622) | 3.578 | 715 | 25 | - | - | 2.696 |
| Subtotal | 220.663 | 37.051 | (48.731) | 7.343 | - | - | 216.326 |
| Itens financeiros | | | | | | | |
| Sobrecontratação de energia | (23.689) | (18.871) | 1.365 | (404) | - | - | (41.599) |
| Neutralidade (c) | 3.774 | 10.445 | (1.621) | 66 | - | - | 12.664 |
| Ultrapassagem de demanda e reativo excedente | (18.280) | (3.530) | 3.774 | (50) | - | - | (18.086) |
| Risco hidrológico | (77.005) | - | 4.028 | (1.085) | - | - | (74.062) |
| Compensação créditos PIS/COFINS (d) | - | - | 1.047 | (52) | - | (995) | - |
| CDE Modicidade Tarifária | (3.842) | - | 949 | (77) | - | - | (2.970) |
| Outros (e) | 395.540 | 4.174 | 12.784 | 13.421 | (46) | - | 425.873 |
| Subtotal | 276.498 | (7.782) | 22.326 | 11.819 | (46) | (995) | 301.820 |
| Total | 497.161 | 29.269 | (26.405) | 19.162 | (46) | (995) | 518.146 |
| Circulante | | | | | | | |
| Valores a receber | 292.932 | | | | | | 121.003 |
| Valores a devolver | (184.107) | | | | | | - |
| Efeito líquido circulante passivo | 108.825 | | | | | | 121.003 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Valores a receber | 509.968 | | | | | | 397.143 |
| Valores a devolver | (121.632) | | | | | | - |
| Efeito líquido não circulante passivo | 388.336 | | | | | | 397.143 |
| Efeito líquido total | 497.161 | | | | | | 518.146 |

- (a) A conta de CDE foi impactada no período pelos custos com as quotas de CDE USO de acordo com a REH nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025, por ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025 resultando em um movimento positivo de R\$ 16.321, em contrapartida registrou-se um movimento passivo de devolução de cobertura dos encargos CDE Escassez, que tiveram os empréstimos quitados, com efeito negativo de R\$ 11.792, resultando no movimento positivo da conta de CDE em R\$ 4.529;
- (b) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R\$ 27.038; (ii) o efeito negativo da variação da compra de energia em relação a cobertura tarifária de R\$ 23.295; e (iii) o efeito positivo de R\$ 20.348 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de fevereiro e março não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R\$ 24.091;
- (c) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior (cobertura tarifária), ajustados pela taxa SELIC, conforme procedimento de regulamentação vigente. No período atual, foi registrada uma constituição positiva de R\$ 10.445;
- (d) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS;
- (e) O saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações de Quitação da Conta Covid, pela Penalidade por descumprimento de meta de universalização, pela Reversão de Créditos de Rescisão Contratual e Migração de Consumidores, além de encargos financeiros relacionados.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a Parcela B pelo IPCA deduzindo do Fator X. A cada 5 anos ocorre a Revisão Tarifária Periódica (RTP) sendo a próxima revisão em 2028, quando também é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

No mês de novembro de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3.555, de 25 de novembro de 2025, foram reajustadas, em média, 13,57%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, de 2 de dezembro de 2025 a 1º de dezembro de 2026.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 2.750 (R\$ 49.402 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 1.733 (R\$ 79.656 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 1.017 (R\$ 30.254 negativos em 31 de dezembro de 2025) recebendo via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

8 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

| Companhias | Notas | 31/03/2026 | | 31/12/2025 | 31/03/2025 |
|---|-------|-----------------|---------------------------------------|-----------------|---------------------------------------|
| | | Ativo (Passivo) | Efeito no resultado receita (despesa) | Ativo (Passivo) | Efeito no resultado receita (despesa) |
| Contas a receber de clientes | | | | | |
| Entidade é membro do mesmo grupo econômico | | | | | |
| Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. | (a) | 1.703 | 5.846 | - | 4.929 |
| Associação para Assinatura de Energia | (a) | 150 | 452 | 155 | 451 |
| Total | | 1.853 | 6.298 | 155 | 5.380 |
| Outros créditos a receber - (bens materiais) | | | | | |
| Entidade é membro do mesmo grupo econômico | | | | | |
| Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. | (b) | 1.235 | - | - | - |
| Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. | (b) | 2.753 | - | - | - |
| Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. | (b) | - | - | 626 | - |
| Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA | (b) | 773 | - | 254 | - |
| Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D | (b) | 466 | - | - | - |
| Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. | (b) | 2.748 | - | 1.281 | - |
| E-nova Geração Distribuída S.A. | (c) | - | - | - | 54 |
| Total | | 7.975 | - | 2.161 | 54 |
| Outros créditos a receber | | | | | |
| Entidade é membro do mesmo grupo econômico | | | | | |
| Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. | (d) | 2.844 | 1.408 | 2.619 | 1.014 |
| Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. | (d) | 2.204 | - | 881 | 1.679 |
| Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. | (d) | 697 | - | 264 | 693 |
| Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA | (d) | 381 | 360 | 83 | 285 |
| Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D | (d) | 795 | 514 | 300 | 821 |
| Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. | (d) | 2.266 | 2.037 | 782 | 2.520 |
| Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. | (e) | - | - | - | 8 |
| Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. | (e) | - | - | - | 7 |
| Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. | (e) | - | - | - | 10 |
| Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. | (e) | - | - | - | 33 |
| Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. | (e) | - | - | - | 8 |
| Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. | (e) | - | - | - | 9 |
| Integração Transmissora de Energia S.A.(INTESA) | (e) | - | - | - | 15 |
| Total | | 9.187 | 4.319 | 4.929 | 7.102 |

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

| Companhias | Notas | 31/03/2026 | | 31/12/2025 | | 31/03/2025 | |
|---|-------|------------------|---------------------------------------|------------------|---------------------------------------|-----------------|---------------------------------------|
| | | Ativo (Passivo) | Efeito no resultado receita (despesa) | Ativo (Passivo) | Efeito no resultado receita (despesa) | Ativo (Passivo) | Efeito no resultado receita (despesa) |
| Fornecedores | | | | | | | |
| Entidade é membro do mesmo grupo econômico | | | | | | | |
| Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. | (a) | (3.488) | - | (1.131) | - | - | - |
| Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. | (a) | (911) | - | - | - | - | - |
| Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. | (f) | (13) | - | (791) | - | - | - |
| Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. | (a) | (1.188) | - | - | - | - | - |
| Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA | (f) | (78) | - | (78) | - | - | - |
| Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D | (f) | (363) | - | - | - | - | - |
| Equatorial Telecomunicações S.A. | (h) | (1.707) | (597) | (3.971) | (239) | (239) | (239) |
| Equatorial Serviços S.A. | (q) | (2.386) | (2.386) | (5.875) | (6.257) | (6.257) | (6.257) |
| Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT) | (j) | (65) | - | (119) | - | - | - |
| Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. | (k) | - | - | - | (164) | (164) | (164) |
| Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. | (k) | - | - | - | (146) | (146) | (146) |
| Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. | (k) | - | - | - | (215) | (215) | (215) |
| Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. | (k) | - | - | - | (383) | (383) | (383) |
| Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. | (k) | - | - | - | (178) | (178) | (178) |
| Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. | (k) | - | - | - | (152) | (152) | (152) |
| Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. | (k) | - | - | - | (204) | (204) | (204) |
| Total | | (10.199) | (2.983) | (11.965) | (7.938) | (7.938) | (7.938) |
| Dividendos a pagar | | | | | | | |
| Controladora direta | | | | | | | |
| Equatorial Energia Distribuição S.A. | (i) | (114.260) | - | (114.260) | - | - | - |
| Outros tipos de partes relacionadas | | | | | | | |
| Minoritários | (i) | (6.102) | - | (6.102) | - | - | - |
| Total | | (120.362) | - | (120.362) | - | - | - |
| Outras contas a pagar | | | | | | | |
| Controladora indireta | | | | | | | |
| Equatorial S.A. | (l) | - | - | - | (3.578) | (3.578) | (3.578) |
| Entidade é membro do mesmo grupo econômico | | | | | | | |
| Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. | (d) | (8.786) | (8.678) | (6.128) | (4.313) | (4.313) | (4.313) |
| Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. | (d) | (2.492) | - | (977) | (1.691) | (1.691) | (1.691) |
| Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. | (d) | (1.077) | - | (401) | (712) | (712) | (712) |
| Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA | (d) | (167) | (151) | (56) | (249) | (249) | (249) |
| Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D | (d) | (1.061) | (742) | (307) | (653) | (653) | (653) |
| Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. | (d) | (2.200) | (2.005) | (863) | (1.836) | (1.836) | (1.836) |
| Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. | (e) | - | - | - | (6) | (6) | (6) |
| Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. | (e) | - | - | - | (141) | (141) | (141) |
| Entidade é plano de benefício pós-emprego | | | | | | | |
| Equatorial Fundação de Previdência (EQTPREV) | (m) | - | (527) | - | (439) | (439) | (439) |
| Total | | (15.783) | (12.103) | (8.732) | (13.618) | (13.618) | (13.618) |
| | | 31/03/2026 | | 31/12/2025 | | | |
| | Notas | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo | | |
| Investimentos em serviço (bens em comodato) | | | | | | | |
| Entidade é membro do mesmo grupo econômico | | | | | | | |
| Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. | (n) | 44 | (44) | 45 | (45) | (45) | (45) |
| Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. | (o) | 661 | (661) | 662 | (662) | (662) | (662) |
| Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA | (p) | 251 | (251) | 251 | (251) | (251) | (251) |
| Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D | (g) | 105 | (105) | 107 | (107) | (107) | (107) |
| Total | | 1.061 | (1.061) | 1.065 | (1.065) | (1.065) | (1.065) |

- (a) Os valores são provenientes do contrato de uso da rede de energia elétrica da Equatorial Piauí pelos municípios do Estado do Maranhão;
- (b) Os valores são provenientes das vendas de bens materiais;
- (c) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos;
- (d) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
- (e) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a março de 2025 do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (f) Os valores são provenientes da compra de bens para o ativo imobilizado que está relacionado à atividade fim da Equatorial Piauí;
- (g) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2024 e de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (h) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses;

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

- (i) O valor refere-se à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025;
- (j) Os valores se referem a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (k) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a março de 2025 dos serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (l) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (aval), entre a Companhia (contratante) e a Equatorial S.A. (contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (m) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar;
- (n) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2023 de forma não onerosa pelo prazo de 32 (trinta e dois) anos e 13 (treze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (o) Relação de ativos cedidos em comodato de forma não onerosa pelo prazo de 10 (dez) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (p) Relação de ativos cedidos em comodato de forma não onerosa pelo prazo de 5 (cinco) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; e
- (q) Os valores são provenientes do contrato de serviços de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 19.928 (R\$ 19.600 em 28 de abril de 2025), conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em 27 de abril de 2026. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos referem-se aos planos de benefícios de previdência privada com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 18 – Planos de incentivos de longo prazo.

A proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025:

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|-------------------------------------|--------------|------------|
| Remuneração fixa anual | 944 | 1.001 |
| Salário ou Pró-labore | 830 | 900 |
| Benefícios diretos e indiretos | 114 | 101 |
| Remuneração variável | - | 753 |
| Benefícios pós emprego | 52 | 22 |
| Remuneração baseada em ações | 1.973 | 731 |
| Valor total da remuneração | 2.969 | 2.507 |

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

8.2 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia contam com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

| | 31/12/2025 | Atualização do ativo financeiro | Transferência - ativo de contrato | Baixas | 31/03/2026 |
|--|----------------|---------------------------------|-----------------------------------|-------------|----------------|
| Ativo financeiro | 734.704 | 5.560 | 13.673 | (58) | 753.879 |
| Obrigações especiais (a) | (355.822) | - | - | - | (355.822) |
| Total ativo financeiro da concessão | 378.882 | 5.560 | 13.673 | (58) | 398.057 |

- (a) O valor de R\$ 355.822 corresponde ao reconhecimento de sobras físicas do laudo de avaliação homologado, pois de acordo o OFÍCIO Nº 84/2021 SFF/ANEEL, que trata dos Procedimentos contábeis para reconhecimento das Sobras Físicas e do Ativo Imobilizado em Curso – AIC, no âmbito da Medida Provisória nº 998/2020. O ingresso contábil dos ativos no patrimônio da concessionária deverá estar em consonância com as informações contidas no laudo de avaliação, com os efeitos da metodologia de valoração de ativos (VNR), o Capítulo III Art. 8º, § 2º da Lei nº 12.783, de 2013 que determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente.

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

| | Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%) | 31/03/2026 | | | Valor líquido |
|--------------|---|------------------|--------------------|---------------------------------------|------------------|
| | | Custo | Amortização | (-) Obrigações Vinculadas à Concessão | |
| Em serviço | 4,51% | 5.826.790 | (1.821.725) | (720.869) | 3.284.196 |
| Total | | 5.826.790 | (1.821.725) | (720.869) | 3.284.196 |

| | Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%) | 31/12/2025 | | | Valor líquido |
|--------------|---|------------------|--------------------|---------------------------------------|------------------|
| | | Custo | Amortização | (-) Obrigações Vinculadas à Concessão | |
| Em serviço | 4,30% | 5.759.451 | (1.761.935) | (716.317) | 3.281.199 |
| Total | | 5.759.451 | (1.761.935) | (716.317) | 3.281.199 |

10.1 Movimentação do ativo intangível

| | 31/12/2025 | Adições | Baixas | Transferências Ativo de contrato | 31/03/2026 |
|--------------------------------------|------------------|-----------------|----------------|----------------------------------|------------------|
| Em serviço | 5.759.451 | - | (10.314) | 77.653 | 5.826.790 |
| (-) Amortização | (1.761.935) | (65.902) | 6.112 | - | (1.821.725) |
| Total em serviço | 3.997.516 | (65.902) | (4.202) | 77.653 | 4.005.065 |
| Obrigações especiais em serviço | (1.199.543) | - | - | (16.251) | (1.215.794) |
| (-) Amortização | 483.226 | 11.699 | - | - | 494.925 |
| Total em obrigações especiais | (716.317) | 11.699 | - | (16.251) | (720.869) |
| Total | 3.281.199 | (54.203) | (4.202) | 61.402 | 3.284.196 |

A Companhia avaliou e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o período findo em 31 de março de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Ativos de contrato

A movimentação de ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

| | 31/12/2025 | Adições (a) | Transferências | | 31/03/2026 |
|---------------------------------|----------------|---------------|------------------|------------------|----------------|
| | | | Ativo intangível | Ativo financeiro | |
| Em curso | 818.459 | 231.237 | (77.653) | (13.673) | 958.370 |
| Obrigações especiais | (29.552) | (139.135) | 16.251 | - | (152.436) |
| Total ativos de contrato | 788.907 | 92.102 | (61.402) | (13.673) | 805.934 |

(a) O montante de R\$ 92.102 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no período. Deste total, R\$ 76.964 impactaram o caixa da Companhia, R\$ 6.366 refere-se a provisão para perda de estoques e obras líquidas, conforme nota explicativa nº 22 – Outras despesas operacionais, líquidas e, conforme nota explicativa nº 25.1 – Transações que não afetam caixa, R\$ 4.997 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 13.655 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 2.852 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 13 – Empréstimos e financiamentos

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída no período findo em 31 de março de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

12 Fornecedores

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---|----------------|----------------|
| Suprimento de energia elétrica (a) | 103.797 | 164.425 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 43.234 | 42.483 |
| Materiais e serviços | 194.880 | 182.192 |
| Repasse de energia livre | 33.607 | 32.491 |
| Partes relacionadas - nota explicativa nº 8 | 10.199 | 11.965 |
| Total fornecedores | 385.717 | 433.556 |

(a) O saldo em 31 de março de 2026 apresentou uma diminuição de R\$ 60.628 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 32.877 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; (ii) redução de R\$ 27.751 das despesas do Mercado de Curto Prazo;

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 48 dias (51 dias em 31 de dezembro de 2025).

12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

fornecedor fica a livre, a critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de março de 2026, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 26.029 (R\$ 37.771 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em 31 de março de 2026 foram de R\$ 54.123 (R\$ 61.509 em 31 de março de 2025). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 74 dias (80 dias em 31 de dezembro de 2025).

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo

| | Custo da dívida (% a.a.) | 31/03/2026 | | | 31/12/2025 | | |
|---|--------------------------|----------------------|------------------|------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| | | Principal e encargos | | | Principais e encargos | | |
| | | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Moeda estrangeira | | | | | | | |
| CDI | 1,00% até 1,77% | 302.031 | 728.047 | 1.030.078 | 314.427 | 767.333 | 1.081.760 |
| Total moeda estrangeira | | 302.031 | 728.047 | 1.030.078 | 314.427 | 767.333 | 1.081.760 |
| Moeda nacional | | | | | | | |
| PRÉ-FIXADO | 5,00% | 29.059 | 1.026.910 | 1.055.969 | 28.759 | 1.033.580 | 1.062.339 |
| CDI | -0,05% até 1,05% | 249.629 | 652.859 | 902.488 | 400.035 | 656.178 | 1.056.213 |
| IPCA | 3,93% até 4,43% | 80.558 | 1.016.570 | 1.097.128 | 79.703 | 1.024.772 | 1.104.475 |
| Subtotal | | 359.246 | 2.696.339 | 3.055.585 | 508.497 | 2.714.530 | 3.223.027 |
| (-) Ajuste a valor presente – AVP | | - | (506.665) | (506.665) | - | (512.274) | (512.274) |
| (-) Custo de transação | | (201) | (3.278) | (3.479) | (200) | (3.327) | (3.527) |
| Total moeda nacional | | 359.045 | 2.186.396 | 2.545.441 | 508.297 | 2.198.929 | 2.707.226 |
| Total empréstimos e financiamentos | | 661.076 | 2.914.443 | 3.575.519 | 822.724 | 2.966.262 | 3.788.986 |

13.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme demonstrada:

| | Moeda nacional | | Moeda estrangeira | | Total |
|---|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|------------------|
| | Passivo circulante | Passivo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 508.297 | 2.198.929 | 314.427 | 767.333 | 3.788.986 |
| Encargos (a) | 46.139 | - | 12.304 | - | 58.443 |
| Varição monetária, cambial e marcação a valor justo (b) | 1.264 | 18.126 | (14.682) | (39.286) | (34.578) |
| Transferências | 30.659 | (30.659) | - | - | - |
| Amortizações de principal | (186.000) | - | - | - | (186.000) |
| Pagamentos de juros | (46.971) | - | (10.018) | - | (56.989) |
| Ajuste a valor presente | 5.609 | - | - | - | 5.609 |
| Custo de transação (c) | 48 | - | - | - | 48 |
| Saldo em 31 de março de 2026 | 359.045 | 2.186.396 | 302.031 | 728.047 | 3.575.519 |

(a) O montante de R\$ 58.443 refere-se a encargos reconhecidos no período, onde R\$ 55.591 impactou o resultado financeiro da Companhia e R\$ 2.852 referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 11 – Ativos de contrato;

(b) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

13.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2026, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

| Vencimento | 31/03/2026 | |
|---|------------------|-------------|
| | Valor | % |
| Circulante | 661.277 | 18% |
| 2027 | 528.801 | 15% |
| 2028 | 455.386 | 13% |
| 2029 | 148.304 | 4% |
| 2030 | 149.802 | 4% |
| De 2031 a 2048 | 2.142.093 | 60% |
| Subtotal | 3.424.386 | 96% |
| Ajuste a valor presente (não circulante) | (506.665) | -14% |
| Custo de transação (não circulante) | (3.479) | 0% |
| Não circulante | 2.914.242 | 82% |
| Total empréstimos e financiamentos | 3.575.519 | 100% |

13.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem *covenants* apurados na Companhia, no caso empréstimo com Santander e *Bank of America* e *Scotiabank*.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

| Covenants Empréstimos | Santander | Scotiabank | Bank of America |
|----------------------------------|-----------|------------|-----------------|
| 1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5 | 2,5 | 2,5 | 2,5 |

A Equatorial S.A. é garantidora no empréstimo com o *Scotiabank*, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

| Covenants Empréstimos | Scotiabank |
|----------------------------------|------------|
| 1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5 | 2,7 |

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Debêntures

14.1 Composição de debêntures

| | Custo da dívida (% a.a.) | 31/03/2026 | | | 31/12/2025 | | |
|---|--------------------------|----------------------|------------------|------------------|----------------------|----------------|----------------|
| | | Principal e encargos | | | Principal e encargos | | |
| | | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Moeda nacional | | | | | | | |
| CDI | -0,79% até 0,41% | 8.409 | 1.434.280 | 1.442.689 | 16.404 | 828.272 | 844.676 |
| Subtotal | | 8.409 | 1.434.280 | 1.442.689 | 16.404 | 828.272 | 844.676 |
| (-) Custo de transação | | (2.481) | (46.065) | (48.546) | (2.480) | (25.617) | (28.097) |
| Total moeda nacional | | 5.928 | 1.388.215 | 1.394.143 | 13.924 | 802.655 | 816.579 |
| Total empréstimos e financiamentos | | 5.928 | 1.388.215 | 1.394.143 | 13.924 | 802.655 | 816.579 |

14.2 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

| | Moeda nacional | | Total |
|--|--------------------|------------------------|------------------|
| | Passivo circulante | Passivo não circulante | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 13.924 | 802.655 | 816.579 |
| Ingressos | - | 600.000 | 600.000 |
| Encargos | 18.822 | - | 18.822 |
| Transferências | (620) | 620 | - |
| Pagamentos de juros | (26.818) | - | (26.818) |
| Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (a) | - | 6.009 | 6.009 |
| Custo de transação | 620 | (21.069) | (20.449) |
| Saldo em 31 de março de 2026 | 5.928 | 1.388.215 | 1.394.143 |

(a) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

| Vencimento | 31/03/2026 | |
|--------------------------------------|------------------|-------------|
| | Valor | % |
| Circulante | 5.928 | 0% |
| 2028 | 52.276 | 4% |
| de 2029 a 2043 | 1.382.004 | 99% |
| Subtotal | 1.434.280 | 103% |
| Custos de transação (Não circulante) | (46.065) | -3% |
| Não circulante | 1.388.215 | 100% |
| Total debêntures | 1.394.143 | 100% |

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

14.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas possuem *covenants* não financeiros e financeiros, apurados na Companhia, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

| <i>Covenants</i> debêntures | 3ª debêntures | 4ª debêntures | 5ª debêntures | 6ª debêntures |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5 | 2,5 | 2,5 | 2,5 | 2,5 |

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos

15.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---|------------------|------------------|
| Créditos ativos de: | | |
| Prejuízo fiscal | 307.949 | 314.697 |
| Base negativa | 103.815 | 106.189 |
| Subtotal | 411.764 | 420.886 |
| Diferenças temporárias (ativo): | | |
| Provisão para riscos judiciais | 95.716 | 112.422 |
| PECLD | 6.937 | 4.926 |
| Provisão para participação nos lucros | 7.813 | 5.882 |
| Receitas/custos de construção – CPC 47 | 2.147 | 1.989 |
| Arrendamentos - CPC 06 (R2) | 56 | 52 |
| Provisão para perda de estoque | 4.355 | 2.190 |
| SWAP | 59.478 | 29.888 |
| Outras despesas não dedutíveis | 9.959 | 9.961 |
| Provisões atuariais | 52.960 | 52.946 |
| Provisão para pagamento baseado em ações | 768 | - |
| Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC) | - | 35.670 |
| Subtotal | 240.189 | 255.926 |
| Diferenças temporárias (passivo): | | |
| Instrumentos Financeiros - CPC 48 | (8.741) | (7.824) |
| Atualização do ativo financeiro VNR | (18.644) | (16.754) |
| Ajuste a valor presente | (166.778) | (168.041) |
| Variação cambial | (51.312) | (32.963) |
| Marcação a mercado - valor justo | (8.525) | (3.549) |
| Provisão para pagamento baseado em ações | - | (389) |
| Subtotal | (254.000) | (229.520) |
| Total tributo diferido ativo (passivo) | 397.953 | 447.292 |

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

15.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

| | 31/12/2025 | Reconhecimento no resultado | Resultados abrangentes | 31/03/2026 | | |
|--|----------------|-----------------------------|------------------------|----------------|-----------------------|-------------------------|
| | | | | Valor líquido | Ativo fiscal diferido | Passivo fiscal diferido |
| Prejuízo fiscal | 314.697 | (6.748) | - | 307.949 | 307.949 | - |
| Base negativa | 106.189 | (2.374) | - | 103.815 | 103.815 | - |
| Provisão para riscos judiciais | 112.422 | (16.706) | - | 95.716 | 95.716 | - |
| PECLD | 4.926 | 2.011 | - | 6.937 | 6.937 | - |
| Ajuste a valor presente | (168.041) | 1.263 | - | (166.778) | - | (166.778) |
| Atualização do ativo financeiro VNR | (16.754) | (1.890) | - | (18.644) | - | (18.644) |
| Provisão para pagamento baseado em ações | (389) | 1.157 | - | 768 | 768 | - |
| Provisão atuariais | 52.946 | 14 | - | 52.960 | 52.960 | - |
| Provisão para participação nos lucros | 5.882 | 1.931 | - | 7.813 | 7.813 | - |
| Provisão para perda de estoque | 2.190 | 2.165 | - | 4.355 | 4.355 | - |
| Variação cambial | (32.963) | (18.349) | - | (51.312) | - | (51.312) |
| Marcação a valor justo | (3.549) | (4.976) | - | (8.525) | - | (8.525) |
| Variação <i>Swap</i> | 29.888 | 26.729 | 2.861 | 59.478 | 59.478 | - |
| Receitas/custos de construção – CPC 47 | 1.989 | 158 | - | 2.147 | 2.147 | - |
| Arrendamentos – CPC 06 (R2) | 52 | 4 | - | 56 | 56 | - |
| Instrumentos financeiros – CPC 48 | (7.824) | (917) | - | (8.741) | - | (8.741) |
| Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC) | 35.670 | (35.670) | - | - | - | - |
| Outras provisões não dedutíveis | 9.961 | (2) | - | 9.959 | 9.959 | - |
| Total | 447.292 | (52.200) | 2.861 | 397.953 | 651.953 | (254.000) |

15.3 Expectativa de recuperação – Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita conforme demonstrado abaixo:

| Expectativa de realização | 2026 | 2027 | 2028 | Após 2028 | Total |
|---|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar | 46.636 | 65.846 | 62.512 | 476.959 | 651.953 |

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 651.953 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, que correspondem a R\$ 307.949, R\$ 103.815 e R\$ 240.189, respectivamente.

15.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findo em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

| | 31/03/2026 | | 31/03/2025 | |
|--|-----------------|-----------------|----------------|----------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL | 98.358 | 98.358 | 53.482 | 53.482 |
| Alíquota fiscal | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Pela alíquota fiscal | (24.590) | (8.852) | (13.371) | (4.813) |
| Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro | | | | |
| Outras (adições) exclusões permanentes | (1.130) | (39) | (530) | - |
| Incentivo PAT | 305 | - | 311 | - |
| Incentivo prorrogação licença-maternidade | 24 | - | 8 | - |
| IRPJ subvenção governamental | 7.839 | - | 11.775 | - |
| Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores) | (28.580) | (10.289) | - | - |
| IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado | (46.132) | (19.180) | (1.807) | (4.813) |
| Alíquota efetiva | 47% | 20% | 3% | 9% |
| Imposto corrente | (7.573) | (5.539) | (24.864) | (13.204) |
| Imposto diferido | (38.559) | (13.641) | 23.057 | 8.391 |

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

| | 31/03/2026 | | 31/12/2025 | |
|----------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|
| | Provisão | Depósitos vinculados | Provisão | Depósitos vinculados |
| Cíveis | 236.954 | 10.790 | 285.058 | 9.647 |
| Fiscais | 17.658 | 9.878 | 17.396 | 9.878 |
| Trabalhistas | 20.279 | 3.710 | 21.755 | 3.600 |
| Regulatórias | 9.685 | - | 9.371 | - |
| Total | 284.576 | 24.378 | 333.580 | 23.125 |
| Circulante (a) | 157.508 | 189 | 207.954 | 189 |
| Não circulante | 127.068 | 24.189 | 125.626 | 22.936 |

(a) Os valores classificados no ativo circulante referem-se a alvarás judiciais já obtidos em favor da Companhia, cujos depósitos ou penhoras judiciais feitas anteriormente, sendo a expectativa de recebimento dentro dos próximos 12 meses.

16.1 Movimentação dos processos no período

| | 31/12/2025 | | | 31/03/2026 | | |
|----------------------------|----------------|--------------|-----------------|--------------------------|-----------------|----------------|
| | Saldo inicial | Adições | Utilização (1) | Reversão de provisão (2) | Atualização (3) | Saldo final |
| Cíveis | 285.058 | 1.887 | (51.991) | (487) | 2.487 | 236.954 |
| Fiscais | 17.396 | - | - | - | 262 | 17.658 |
| Trabalhistas | 21.755 | 470 | (1.684) | (1.038) | 776 | 20.279 |
| Regulatórios | 9.371 | - | - | - | 314 | 9.685 |
| Total contingências | 333.580 | 2.357 | (53.675) | (1.525) | 3.839 | 284.576 |

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas durante o período; e

(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No período findo em 31 de março de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|--------------|----------------|----------------|
| Cíveis | 406.507 | 440.165 |
| Fiscais | 5.061 | 4.929 |
| Trabalhistas | 164.317 | 153.107 |
| Total | 575.885 | 598.201 |

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 633.577 (R\$ 633.577 em 31 de dezembro de 2025), correspondente a um total de 1.382.142.880 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, cento e quarenta e duas mil, oitocentas e oitenta) ações, divididas em 1.319.606.201 (um bilhão, trezentos e dezenove milhões, seiscentas e seis mil, duzentas e uma) ações ordinárias e 62.536.679 (sessenta e dois milhões, quinhentas e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e nove) ações preferenciais e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

| Acionistas | 31/03/2026 | | | |
|--------------------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|-------------|
| | Ações ordinárias | Ações preferenciais | Total | % |
| Equatorial Energia Distribuição S.A. | 1.253.325.250 | 58.707.541 | 1.312.032.791 | 94,93% |
| Minoritários | 66.280.951 | 3.829.138 | 70.110.089 | 5,07% |
| Total (a) | 1.319.606.201 | 62.536.679 | 1.382.142.880 | 100% |

(a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o período findo em 31 de março de 2026.

18 Planos de incentivos de longo prazo

A Equatorial S.A. instituiu planos de incentivos de longo prazo a colaboradores dedicados à Companhia.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

18.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

a. Movimentação durante o período

| Em opções | Número de opções | Média ponderada do preço de período | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício |
|---|------------------|-------------------------------------|------------------|---------------------------------------|
| | 31/03/2026 | 31/03/2026 | 31/12/2025 | 31/12/2025 |
| Existentes em 1º de janeiro | 245.000 | - | 350.000 | - |
| Encerradas durante período/exercício | - | - | (105.000) | - |
| Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga | 25.000 | 22,12 | 25.000 | 22,67 |
| Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga | 25.000 | 22,64 | 25.000 | 22,64 |
| Existentes ao fim do período/exercício 6ª Outorga | 120.000 | 25,73 | 120.000 | 25,73 |
| Existentes ao fim do período/exercício 7ª Outorga | 75.000 | 30,11 | 75.000 | 30,11 |
| Existentes ao fim do período/exercício | 245.000 | - | 245.000 | - |

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de março de 2026 era de 4,11 anos (4,11 anos, em 31 de dezembro de 2025). Não houve novas outorgas durante o período findo em 31 de março de 2026 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período findo em 31 de março de 2026 e o exercício findo em 31 de dezembro 2025:

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

| Premissas | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|--|---|--|
| Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$) | 12,65 | 12,65 |
| Rendimento de dividendos (%) | Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas | Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas |
| Volatilidade esperada (%) | 31,50 | 31,50 |
| Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%) | 10,79 | 10,85 |
| Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos) | 4,11 | 4,11 |
| Média ponderada do preço das ações (R\$) | 31,29 | 31,29 |
| Modelo utilizado | Black-Scholes | Black-Scholes |

A despesa reconhecida na Companhia, no período findo em 31 de março de 2026 foi de R\$ 38 (R\$ 121 em 31 de março 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

18.2 Plano de Outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do período de 31 de março de 2026, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Piauí, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

| Em ações | Número de ações | Valor justo médio ponderado | Número de ações | Valor justo médio ponderado |
|---|-----------------|-----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| | 31/03/2026 | 31/03/2026 | 31/12/2025 | 31/12/2025 |
| Existentes em 1º de janeiro | 393.965 | 38,41 | 332.978 | 31,60 |
| Outorgadas durante o período/exercício | 178.021 | - | 198.021 | - |
| Cancelamento/ transferência (a) | - | - | (45.784) | - |
| Pagamentos | - | - | (91.250) | - |
| Existentes ao fim do período/exercício | 571.986 | 40,86 | 393.965 | 38,41 |

(a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 31 de março de 2026, foi reconhecida uma provisão de R\$ 4.639 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 1.347 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

18.3 Plano de outorga de "Matching Shares"

As ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

| Em ações | Número de ações | Valor justo médio ponderado | Número de opções | Valor justo médio ponderado |
|---|-----------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|
| | 31/03/2026 | 31/03/2026 | 31/12/2025 | 31/12/2025 |
| Existentes em 1º de janeiro | 52.457 | - | 52.457 | - |
| Outorgadas durante o período/exercício | 62.852 | - | 62.852 | - |
| Existentes ao fim do período/exercício 1ª Outorga | 52.457 | 31,12 | 52.457 | 31,12 |
| Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga | 62.852 | 32,22 | 62.852 | 32,22 |
| Existentes ao fim do período/exercício | 115.309 | - | 115.309 | - |

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2026 foi de R\$ 221 (R\$ 210 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o período que é avaliado em cada data base.

19 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|--|------------------|------------------|
| Receita de distribuição (a) | 1.016.438 | 843.841 |
| Remuneração financeira <i>WACC</i> (b) | 3.946 | 3.280 |
| Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c) | 2.864 | 33.745 |
| Subvenção CDE - Outros (d) | 67.224 | 43.669 |
| Fornecimento de energia elétrica | 1.090.472 | 924.535 |
| Suprimento de energia elétrica (e) | 27.879 | 6.409 |
| Receita pela disponibilidade - uso da rede | 55.384 | 37.090 |
| Receita de construção (f) | 231.237 | 190.499 |
| Atualização do ativo financeiro da concessão | 5.560 | 5.518 |
| Outras receitas (g) | 47.692 | 29.322 |
| Receita operacional bruta | 1.458.224 | 1.193.373 |
| Deduções da receita | | |
| ICMS sobre venda de energia elétrica | (234.244) | (182.611) |
| PIS e COFINS | (98.004) | (64.054) |
| Encargos do consumidor | (9.113) | (8.191) |
| ISS | (200) | (121) |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | (77.712) | (48.940) |
| Penalidades DIF/FIC e outras | (10.320) | (10.789) |
| Deduções da receita operacional | (429.593) | (314.706) |
| Receita operacional líquida | 1.028.631 | 878.667 |

- (a) O mercado fio B da Equatorial Piauí apresentou crescimento de 5,4% no 1T26, quando comparado ao mesmo período de 2025. O volume passou de 1.012 GWh para 1.067 GWh, totalizando um incremento de 55 GWh no trimestre. Além disso, destaca-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2024, vigente a partir de 02 de dezembro de 2025, que estabeleceu um reajuste médio de 13,57% nas tarifas de energia elétrica;
- (b) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (*WACC*) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (c) A variação negativa de R\$ 30.881, entre os trimestres dos ativos e passivos regulatórios, deve-se principalmente por: (i) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos, entretanto, no período atual houve uma receita maior, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 28.919 quando comparado com o período anterior; (ii) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 60.487; (iii) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 473; e (iv) efeito positivo de R\$ 214 em CVA da Bandeira Faturada devido as bandeira tarifárias.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

- (d) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário. A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II, que envolvem autoconsumo local, geração compartilhada (até 25% de participação) e autoconsumo remoto (até 500 kW). Estes estão condicionados a pagar o Fio B de forma progressiva e gradativa ao longo dos anos
- (e) A receita de suprimento de energia elétrica apresentou aumento em relação ao período anterior, em decorrência das vendas de energia realizadas pela Distribuidora no Mercado de Curto Prazo no período findo em 31 de março de 2026, negociadas ao preço médio do PLD de R\$ 773,23/MWh, valor superior ao registrado no mesmo período de 2025, quando as vendas ocorreram ao preço médio do PLD de R\$ 66,63/MWh;
- (f) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados; e
- (g) O crescimento na linha de Outras Receitas está relacionado à variação da conta de Repasse Recebido da CCBRT, influenciada pelo cenário das bandeiras tarifárias.

20 Custo do serviço e despesas operacionais

| | 31/03/2026 | | | | |
|--|--------------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------------|
| | Custo do serviço de energia elétrica | Despesa com vendas | Despesas administrativas | PECLD | Total |
| Pessoal | (8.814) | (5.450) | (20.526) | - | (34.790) |
| Material | (2.724) | (1.097) | (144) | - | (3.965) |
| Serviços de terceiros | (37.311) | (20.176) | (12.427) | - | (69.914) |
| Energia elétrica comprada para revenda (a) | (386.780) | - | - | - | (386.780) |
| Custo de construção (b) | (231.237) | - | - | - | (231.237) |
| PECLD (c) | - | - | - | (20.648) | (20.648) |
| Provisão para riscos judiciais | - | - | (832) | - | (832) |
| Depreciação e Amortização | (44.582) | - | (9.799) | - | (54.381) |
| Outros | 105 | (5) | (2.137) | - | (2.037) |
| Arrendamento e aluguel | (135) | (303) | (515) | - | (953) |
| Total | (711.478) | (27.031) | (46.380) | (20.648) | (805.537) |

| | 31/03/2025 | | | | |
|--|--------------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------------|
| | Custo do serviço de energia elétrica | Despesa com vendas | Despesas administrativas | PECLD | Total |
| Pessoal | (7.222) | (5524) | (3.080) | - | (15.826) |
| Material | (1.789) | (718) | (740) | - | (3.247) |
| Serviços de terceiros | (40.145) | (20.658) | (10.279) | - | (71.082) |
| Energia elétrica comprada para revenda (a) | (349.730) | - | - | - | (349.730) |
| Custo de construção (b) | (190.499) | - | - | - | (190.499) |
| PECLD (c) | - | - | - | (20.554) | (20.554) |
| Provisão para riscos judiciais | - | - | (1.686) | - | (1.686) |
| Depreciação e Amortização | (43.444) | - | (5.174) | - | (48.618) |
| Outros | (120) | (693) | (839) | 11 | (1.641) |
| Total | (632.949) | (27.593) | (21.798) | (20.543) | (702.883) |

- (a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 21 – Energia elétrica comprada para revenda;
- (b) A Companhia, reconhece o custo de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados; e
- (c) Para maior detalhamento referente a variação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, consultar nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Energia elétrica comprada para revenda

| | 31/03/2026 | | 31/03/2025 | |
|--|--------------|------------------|--------------|------------------|
| | GWh (*) | R\$ | GWh (*) | R\$ |
| Energia de leilão (a) | 866 | (180.310) | 913 | (201.353) |
| Contratos Eletronuclear | 21 | (8.630) | 36 | (11.933) |
| Contratos cotas de garantias (b) | 108 | (46.767) | 138 | (30.317) |
| Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva | - | (26.950) | - | (21.865) |
| Energia de curto prazo - CCEE (c) | - | (79.950) | - | (15.282) |
| Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA | 19 | (9.693) | 18 | (10.698) |
| (-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo | - | 42.519 | - | 35.026 |
| Geração distribuída (d) | - | 8.487 | - | (11.840) |
| Subtotal | 1.014 | (301.294) | 1.105 | (268.262) |
| Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e) | - | (85.486) | - | (81.468) |
| Total | 1.014 | (386.780) | 1.105 | (349.730) |

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes da redução do preço médio de pagamento do período findo em 31 de março de 2026 em R\$ 208,21/MWh em relação ao mesmo período de 2025 de R\$ 220,54 /MWh, devido a atualização dos preços dos contratos vigentes e despacho térmico e redução de volume contratado de 5,15 %
- (b) Compreende as despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física e as despesas associadas a esses contratos no Mercado de Curto Prazo que apresentaram um aumento expressivo no período de R\$ 16.450 devido as condições hidrológicas desfavoráveis;
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 64.668 no acumulado, em virtude do aumento das despesas do mercado do curto prazo com efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo período de 2025;
- (d) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). A variação compreende as compensações dos créditos gerados antes do processo tarifário de 2025, mas com vencimento posterior, período em que a energia injetada de MMGD não era considerada na composição da energia requerida dos processos tarifários até a aprovação da REN 1.114/2025; e
- (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2025, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(*) Informação não revisada.

22 Outras despesas operacionais, líquidas

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|---|-----------------|-----------------|
| Outras receitas operacionais | | |
| Outras receitas operacionais | 139 | 32 |
| Total de outras receitas operacionais | 139 | 32 |
| Outras despesas operacionais | | |
| Perdas pela desativação de bens e direitos | (11.454) | (2.335) |
| Indenização por danos a terceiros | (275) | (272) |
| Provisão para perda de estoque | (6.366) | (5.828) |
| Baixa de recebíveis incobráveis (a) | (6.008) | (6.128) |
| Outras despesas operacionais | (4.344) | (1.813) |
| Total de outras despesas operacionais | (28.447) | (16.376) |
| Total outras despesas operacionais, líquidas | (28.308) | (16.344) |

- (f) No período findo em 31 de março de 2026 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Resultado financeiro

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|--|------------------|------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendas de aplicações financeiras (a) | 37.494 | 23.235 |
| Atualização de valores a receber da parcela A e itens financeiros | 23.402 | 5.774 |
| Receita financeira de AVP (d) | 1.901 | 1.580 |
| Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (b) | 120.125 | 87.940 |
| Operações com instrumentos financeiros derivativos (c) | 124.502 | 74.963 |
| Acréscimo moratório de energia vendida | 12.110 | 12.619 |
| PIS/COFINS sobre receita financeira | (3.442) | (2.013) |
| Outras receitas financeiras | 1.015 | 861 |
| Reversão de PECLD sobre Juros de mora de contas a receber | 31 | - |
| Total de receitas financeiras | 317.138 | 204.959 |
| Despesas financeiras | | |
| Atualização de valores a devolver de parcela A e itens financeiros | (4.240) | (5.483) |
| Operações com instrumentos financeiros derivativos (c) | (225.511) | (194.402) |
| Despesa financeira de AVP | (5.609) | (5.609) |
| Encargos da dívida | (75.081) | (65.429) |
| Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (b) | (91.556) | (24.366) |
| Atualização de contingências | (3.839) | (14) |
| Descontos concedidos | (2.039) | (3.482) |
| Encargos da geração distribuída | - | 115 |
| Juros, multas s/ operação de energia | (1.117) | - |
| Juros de direito de uso – CPC 06 (R2) | (57) | - |
| PECLD sobre Juros de mora de contas a receber | (279) | - |
| Despesa com Aval | - | (3.578) |
| Outras despesas financeiras | (4.238) | (8.669) |
| Total de despesas financeiras | (413.566) | (310.917) |
| Total resultado financeiro | (96.428) | (105.958) |

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do aumento da disponibilidade de caixa da Companhia no período, em comparação ao período findo em 31 de março de 2025.
- (b) No acumulado até 31 de março de 2026, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 5,1% no valor do dólar, com o câmbio passando de R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 5,22 em 31 de março de 2026. Assemelhando-se ao movimento ocorrido no primeiro trimestre de 2025, em que essa variação resultou em receita líquida, devido à queda de 7,27% no valor do dólar, que passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,74 em 31 de março de 2025; e
- (c) Refere-se à contratação de operações de *swap*, designadas como *hedge* de fluxo de caixa, nas quais o principal impacto da resultante despesa está relacionado à queda de 5,1% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 5,22 em 31 de setembro de 2026. Assemelhando-se ao movimento ocorrido no primeiro trimestre de 2025, em que a variação também resultou em despesa, devido à queda de 7,27% no valor do dólar, que passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,74 em 31 de março de 2025.

24 Instrumentos financeiros

24.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas 13.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 14.4 – *Covenants* das debêntures.

24.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os *swaps* contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa. Já os *swaps* contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de valor justo.

24.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações intermediárias em que ocorreram as mudanças. Para período findo em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

| Ativo | Níveis | Categoria dos instrumentos financeiros | 31/03/2026 | | 31/12/2025 | |
|---|--------|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Aplicações financeiras | 2 | Valor justo por meio do resultado | 725.959 | 725.959 | 908.236 | 908.236 |
| Contas a receber de clientes | - | Custo amortizado | 904.023 | 904.023 | 928.530 | 928.530 |
| Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros | - | Custo amortizado | 518.146 | 518.146 | 497.161 | 497.161 |
| Ativo financeiro de concessão | 3 | Valor justo por meio do resultado | 398.057 | 398.057 | 378.882 | 378.882 |
| Total do ativo | | | 2.546.185 | 2.546.185 | 2.712.809 | 2.712.809 |

| Passivo | Níveis | Categoria dos instrumentos financeiros | 31/03/2026 | | 31/12/2025 | |
|--------------------------------------|--------|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Fornecedores | - | Custo amortizado | 385.717 | 385.717 | 433.556 | 433.556 |
| Fornecedor - risco sacado | - | Custo amortizado | 26.029 | 26.029 | 37.771 | 37.771 |
| Empréstimos e financiamentos | - | Custo amortizado | 2.884.086 | 2.880.962 | 3.094.675 | 3.103.139 |
| Empréstimos e financiamentos | 2 | Valor justo por meio do resultado | 691.433 | 691.433 | 694.311 | 694.311 |
| Debêntures | 2 | Valor justo por meio do resultado | 1.394.143 | 1.394.143 | 816.579 | 816.579 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | Valor justo por meio do resultado | 174.930 | 174.930 | 87.902 | 87.902 |
| Passivo de arrendamento | - | Custo amortizado | 1.947 | 1.947 | 2.098 | 2.098 |
| AICs ressarcíveis | 3 | Valor justo por meio de outros resultados abrangentes | 6.270 | 6.270 | 6.270 | 6.270 |
| Total do passivo | | | 5.564.555 | 5.561.431 | 5.173.162 | 5.181.626 |

24.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia é realizar *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

24.4.1 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Índice de *hedge*

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante nominal, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, que podem ser assim resumidos:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.



Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

| Instituição financeira | Ingresso | Vencimento | Valor contratado em Moeda Estrangeira | Valor contratado (BRL) | Amortização | Tipo de Hedge | Juros | Indexadores | Valor justo | |
|------------------------|------------|------------|---------------------------------------|------------------------|-------------|----------------|-------------|--------------------------------|------------------|-----------------|
| | | | | | | | | | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
| Scotiabank | 26/04/2021 | 26/04/2026 | 53.571 | 300.000 | Anual | Fluxo de Caixa | Semestral | 2,27% a.a. / CDI + 1,77% | (20.289) | (8.629) |
| Santander | 07/12/2022 | 16/11/2026 | 28.184 | 146.000 | Bullet | Fluxo de Caixa | Trimestrais | 6,24% a.a./ CDI + 1,62% a.a. | (1.444) | 7.558 |
| XP | 04/10/2024 | 15/09/2036 | - | 300.000 | Anual | Valor Justo | Semestral | 6,8091% a.a./ CDI + 0,41% a.a. | (27.646) | (20.573) |
| Bank of America | 23/10/2024 | 25/10/2027 | 31.000 | 177.630 | Anual | Fluxo de Caixa | Bullet | 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a. | (25.818) | (10.823) |
| Scotiabank | 13/11/2024 | 12/11/2027 | 49.123 | 280.000 | Bullet | Fluxo de Caixa | Semestral | 5,8035% a.a./ CDI +1,15% a.a. | (36.883) | (13.257) |
| Itau | 28/03/2025 | 15/08/2043 | - | 260.000 | Mensal | Valor Justo | Mensal | 7,52% a.a./ CDI + 0,05% a.a. | (3.070) | (1.203) |
| Scotiabank | 08/08/2025 | 08/08/2028 | 58.929 | 330.000 | Bullet | Fluxo de Caixa | Semestral | 4,8680% a.a./ CDI +1,00% a.a. | (35.859) | (25.322) |
| XP | 05/09/2025 | 15/08/2043 | - | 460.000 | Mensal | Valor Justo | Mensal | 7,52% a.a./ CDI - 0,05% a.a. | (31.102) | (28.788) |
| Bradesco | 09/09/2025 | 15/08/2037 | - | 250.000 | Anual | Valor Justo | Semestral | 7,3239% a.a./ CDI - 0,07% a.a. | 1.819 | 6.876 |
| Bradesco | 09/09/2025 | 15/08/2037 | - | 250.000 | Anual | Valor Justo | Semestral | 7,1962% a.a./ CDI - 0,16% a.a. | 1.031 | 6.259 |
| Bradesco | 13/02/2026 | 15/01/2038 | - | 600.000 | Anual | Valor Justo | Semestral | 6,57% a.a./ CDI - 0,7875% a.a. | 4.331 | - |
| Total | | | | | | | | | (174.930) | (87.902) |
| | | | | | | | | Passivo circulante | (23.920) | (10.875) |
| | | | | | | | | Passivo não circulante | (151.010) | (77.027) |
| | | | | | | | | Efeito líquido total | (174.930) | (87.902) |

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

| Risco | Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído | Valor Nominal | Valor contábil 31/03/2026 | |
|--|--|---------------|---------------------------|---|
| | | | Ativo (Passivo) | Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA |
| Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA | Instrumentos financeiros derivativos | 3.353.630 | (174.930) | (8.416) |
| Risco | Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído | Valor Nominal | Valor contábil 31/12/2025 | |
| | | | Ativo (Passivo) | Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA |
| Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA | Instrumentos financeiros derivativos | 2.753.630 | (87.902) | 46.768 |

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

24.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Controladora Equatorial S.A., avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

25 Demonstração dos fluxos de caixa

25.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

| | <u>Efeito não caixa</u> |
|--|-------------------------|
| Atividades de investimento | |
| Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual | 13.673 |
| Transferências entre ativo contratual e intangível | 61.402 |
| Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor | 4.997 |
| Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações trabalhistas | 13.655 |
| Total atividades de investimento | 93.727 |
| Atividades de financiamento | |
| Capitalização de juros de empréstimos | 2.852 |
| Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento | 16 |
| Resultado de <i>hedge accounting</i> | 8.416 |
| Total atividades de financiamento | 11.284 |
| Total | 105.011 |

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

25.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

| | 31/12/2025 | Fluxo de caixa | Pagamento de Juros | Novos arrendamentos | Mudança no valor justo | Outros (a) | 31/03/2026 |
|--------------------------------------|------------------|----------------|--------------------|---------------------|------------------------|----------------|------------------|
| Empréstimos e financiamentos | 3.788.986 | (186.000) | (56.989) | - | - | 29.522 | 3.575.519 |
| Debêntures | 816.579 | 578.931 | (26.818) | - | - | 25.451 | 1.394.143 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 87.902 | - | (22.397) | - | 8.416 | 101.009 | 174.930 |
| Passivos de arrendamento | 2.098 | (167) | (57) | 16 | - | 57 | 1.947 |
| Dividendos a pagar | 120.362 | - | - | - | - | - | 120.362 |
| Total | 4.815.927 | 392.764 | (106.261) | 16 | 8.416 | 156.039 | 5.266.901 |

(a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos.

26 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

| | Vigência | 2026 | 2027 | 2028 | Após 2028* |
|-----------------------------|-------------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Energia contratada (em R\$) | 2026 a 2037 | 1.021.505 | 1.339.107 | 1.380.882 | 15.938.449 |
| Energia contratada (em MhW) | 2026 a 2037 | 3.348.238 | 4.513.179 | 4.486.744 | 43.227.357 |

(*) Estimado em 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

27 Eventos Subsequentes

Aumento de capital social

Em 27 de abril de 2026, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 206.336, mediante a capitalização de parte das reservas legal, de incentivos fiscais e estatutária de lucros, sem a emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art.º 5 do Estatuto Social da companhia.

Distribuição de dividendos

Em 27 de abril de 2026, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, houve a aprovação de distribuição de dividendos de R\$ 22.725, oriundos do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretoria Executiva

Humberto Soares Filho
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano De Lima Logrado
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Armando de Souza Nascimento
Diretor

Joe Louis Tavares Morra
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA-011842/O-3 S-PI